



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI Nº 4.761-C DE 2012 DO SENADO FEDERAL
(PLS Nº 264/10 NA CASA DE ORIGEM)

Substitutivo da Câmara dos
Deputados ao Projeto de Lei nº
4.761-B de 2012 do Senado Federal
(PLS Nº 264/10 na Casa de origem),
que dispõe sobre a prática de
equoterapia.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Dispõe sobre a prática da
equoterapia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prática de
equoterapia.

§ 1º Equoterapia, para os efeitos desta Lei, é o
método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagem
interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação
voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com
deficiência.

§ 2º Entende-se como praticante de equoterapia a
pessoa com deficiência que realiza atividades de
equoterapia.

Art. 2º A prática de equoterapia é condicionada a
parecer favorável em avaliação médica, psicológica e
fisioterápica.

Art. 3º A prática de equoterapia deve ser
orientada com observância das seguintes condições:

I - equipe multiprofissional, constituída por equipe de apoio de médico, médico veterinário e uma equipe mínima de atendimento composta por psicólogo, fisioterapeuta e um profissional de equitação, podendo, de acordo com o objetivo do programa, ser integrada por outros profissionais, como pedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e professores de educação física, que devem possuir curso específico de equoterapia;

II - programas individualizados, em conformidade com as necessidades e potencialidades do praticante;

III - acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo praticante, com o registro periódico, sistemático e individualizado das informações em prontuário;

IV - provimento de condições que assegurem a integridade física do praticante, como:

- a) instalações apropriadas;
- b) cavalo adestrado para uso exclusivo em equoterapia;
- c) equipamento de proteção individual e de montaria disponível, quando as condições físicas e mentais do praticante permitirem;
- d) vestimenta adequada, quando as condições físicas e mentais do praticante permitirem;
- e) garantia de atendimento de urgência ou de remoção para unidade de saúde, se necessário, nas localidades em que não exista serviço de atendimento médico de emergência.

Art. 4º Os centros de equoterapia somente podem operar se obtiverem autorização da autoridade de vigilância

sanitária ou laudo técnico emitido pela autoridade regional de medicina veterinária, que ateste as condições de higiene das instalações e de sanidade dos animais.

Art. 5º O cavalo utilizado em equoterapia deve apresentar boa condição de saúde, ser submetido a inspeções veterinárias regulares e ser mantido em instalações apropriadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em

Deputado VENEZIANO VITAL DO REGO
Relator